

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº CRESS\001\2012.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

REF.: “Publicação de Atos Oficiais da autarquia”.

A Sra. **Elaine das Graças Facundo de Oliveira**, Pregoeira do **Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS-MG 6ª R.**, nomeada pela Portaria CRESS nº 002/12, de 1º de janeiro de 2012, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa para efetuar as publicações de matérias legais (Atos Oficiais) do CRESS, em jornal de grande circulação diária no Estado de Minas Gerais, conforme especificações constantes do Anexo I**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e de acordo com as normas e condições fixadas neste instrumento.

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados no CRESS, no endereço, abaixo, no horário de 13:00 às 18:00 horas e através do telefone (31) 3226-2083 (ramal 2059).

Fazem parte integrante deste Edital os seus Anexos:

- a) Anexo I - Minuta de Contrato;**
- b) Anexo II – Projeto Básico;**
- c) Anexo III – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no art.7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;**
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;**
- e) Anexo V – Modelo de Proposta de Preços.**

O Pregoeiro receberá os envelopes de habilitação, de propostas e o credenciamento de **09:00 às 09:30 horas do dia 31 de janeiro de 2012** e a Sessão de Disputa terá início no mesmo dia, a partir de **09:35 horas**, na Sala de Licitações situada no Edifício Assumpção - sede do CRESS, na Rua Tupis, 485, sala 502, Centro, CEP 30.190-060. Caso a sessão não seja finalizada, ela recomeçará no primeiro dia útil em que haja expediente, no mesmo horário e local.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Pregão é a contratação de empresa para efetuar as publicações de matérias legais (Atos Oficiais) do CRESS, em jornal de grande circulação diária no Estado de Minas Gerais.

1.2. A prestação de serviços será de 100 (cem) matérias, geralmente no formato 01col, 3x4cm, e 03(três) matérias no formato 02col, 6x8cm, anual, a serem publicadas no primeiro dia útil, após aprovação pelo CONTRATANTE;

1.3. Não será permitida as publicações do referido objeto no Caderno de Classificados.

1.4. Os serviços contratados serão prestados de forma parcelada, de acordo com a demanda até que se esgote todo o quantitativo contratado.

1.5. As matérias serão remetidas via fax ou e-mail.

1.6. A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessárias ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas neste procedimento licitatório.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão as licitantes que atenderem a todas as **exigências deste edital e seus anexos.**

2.2. Não se admitirá nesta licitação a participação de:

- a) Empresas que não atenderem as condições deste edital;
- b) Empresas que estejam sob falência ou recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o poder público no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta;
- c) Empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) Pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente e diretores servidores da autarquia.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até o dia 26 de janeiro de 2012, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão, devendo protocolizar o pedido no setor de protocolo, situado no prédio sede do CRESS - cabendo a pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até no dia consignado no item 3.1, deste edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. A interessada ou seu procurador deverá apresentar-se perante a pregoeira, para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas, lances verbais e manifestar-se a respeito do interesse de recorrer.

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder pela empresa representada, por todos os atos e efeitos previstos neste edital.

4.3. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará na sua imediata exclusão da fase de lances verbais, mantendo-se sua proposta escrita.

4.4. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos no início da sessão do pregão:

- a) O estatuto ou contrato social, ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, para verificação da compatibilidade do objeto social com o do pregão;
- b) Qualquer dos documentos exigidos no item anterior, para comprovação da legitimidade do representante para participar do pregão, tratando-se de sócio;
- c) Se procurador, a procuração por instrumento público ou particular, este com firma reconhecida do outorgante, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga;

d) “Termo de Opção para o Simples Nacional”, se microempresa ou empresa de pequeno porte, sob pena de não poder usufruir dos benefícios do art. 44, §§ 1º e 2º; art. 45, incisos I a III e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar 123/2006;

§ 1º - Os documentos poderão ser apresentados por cópias autenticadas, ou conferidos, no ato do credenciamento, mediante a exibição dos originais;

§ 2º - Os documentos de item “a” e “b”, por constarem da habilitação, após conferidos, serão devolvidos aos respectivos representantes;

§ 3º - O representante legal, credenciado e/ou procurador, deverá identificar-se exibindo o documento oficial de identificação que contenha foto.

4.5. Os documentos que constem da proposta e habilitação deverão ser entregues, em envelopes separados, no ato do credenciamento, em seus originais ou cópias. Se em cópias, deverão estar autenticadas por tabelião ou o serem pelo pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.

4.6. A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá a participação da licitante na fase de lances verbais, conforme deliberação do pregoeiro.

4.7. O representante poderá ser substituído, a qualquer momento, por outro devidamente credenciado.

4.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO.

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, em sessão pública, a pregoeira, que dirigirá os trabalhos, receberá os documentos abaixo relacionados, sendo registrados em ata os nomes das licitantes:

5.1.1 Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, separada de qualquer dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que atende às condições do presente certame, conforme modelo em anexo, e;

5.1.2 Envelope contendo a Proposta de Preço (envelope nº. A), devidamente lacrado;

5.1.3 Envelope contendo a documentação exigida para a Habilitação (envelope nº. B) devidamente lacrado;

A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, prevista no item 5.1.1 deverá ser entregue no início da seção, logo após o credenciamento, separadamente dos envelopes A e B.

5.2. Aberta à sessão não mais serão admitidos novos licitantes.

5.3. Os documentos relativos à proposta de preço e a habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos (“Proposta de Preço” e “Documentos de Habilitação”), na forma das alíneas “a” e “b” a seguir:

a) Envelope contendo os documentos relativos à proposta de preço:

CRESS – MG 6ª R.
PREGÃO PRESENCIAL Nº CRESS/001/2012
LICITANTE:.....
ENVELOPE “A” (PROPOSTA DE PREÇO)

b) Envelope contendo os documentos de habilitação:

CRESS – MG 6ª R.
PREGÃO PRESENCIAL Nº CRESS/001/2012
LICITANTE:.....
ENVELOPE “B” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

5.4. Não será admitida a remessa dos envelopes “A” e “B”- proposta de preço e habilitação, por via postal.

5.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no caso de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pela progoeira ou sua equipe de apoio.

5.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

5.7. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.

5.8. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.9. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – indicado nos documentos da proposta de preço e em todos os documentos da habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

5.10. A não-entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste edital implicará no não-recebimento, por parte da pregoeira, dos envelopes contendo a documentação da proposta de preço e de habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame.

5.11. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL-ENVELOPE "A"

6.1. As interessadas deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope "A".

6.2. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via datilografada/digitada, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, com no máximo duas casas decimais, e entregues no local, dia e hora preestabelecidos no Edital, contendo a identificação da empresa, endereço, telefone, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, rubricadas todas as folhas pelo representante legal e assinada à última, sobre carimbo com nome, identidade, e deverá conter especificação clara e sucinta do objeto a ser oferecido, com indicação – no que couber – de marca, modelo, tipo, peso ou medida, fabricante, nome da empresa, razão ou denominação social e endereços completos, além de outras informações de livre disposição, e o seguinte:

- a) Preço cotado de forma unitária, por menor preço por centímetro/coluna, geralmente formato 01 col, 3x4 e 02 col., 03(três) matérias 6x8cm, anual, (com no máximo duas casas decimais), indicando as unidades citadas neste edital, incluso todos os custos e despesas diretas e indiretas que incidem sobre a prestação de serviços, especificando o valor unitário de cada item, que deverá corresponder ao valor total de cada um.
- b) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega das propostas e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor;
- c) Designação do número desta licitação;
- d) Declarar, no corpo da proposta, ou em escrito à parte, de que, nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte e entrega da mercadoria e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita compra do objeto da licitação. A autarquia não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pela licitante sobre os preços cotados;

6.3. Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

6.4. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão das licitantes às condições deste edital.

6.5. Ficam vedadas:

- a) A sub-contratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa;
- b) A cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.

7. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "B"

7.1. As licitantes deverão apresentar no envelope "B" – "Documentos de Habilitação", que demonstrem atendimento às exigências indicadas neste item.

7.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.1.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as micro empresas e empresas de pequeno porte terão o prazo de 2 (dois) dias, prorrogável por igual período, contado a partir do momento em que declaradas vencedoras do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.1.3. Serão exigidos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

7.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não anterior a 60 (sessenta) dias do dia determinado para a entrega das propostas;

7.1.4. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo em Anexo.

7.2. Serão aceitas as certidões, em original, obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as as verificações, caso necessário.

7.3. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentadas os respectivos originais para conferência pela pregoeira ou por membro da equipe de apoio, na sessão.

7.4. As certidões negativas, que não possuem em seu corpo a data de validade, serão consideradas válidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão.

8. DA SESSÃO - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lance) e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2. Aberta a sessão, o representante legal ou seu procurador entregará à pregoeira, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme estabelece o inciso VII do art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 (conforme anexo) e, em envelopes separados, a proposta e a documentação de habilitação.

8.3. A pregoeira procederá à abertura dos envelopes "A", contendo as propostas, que deverão ser rubricadas por ela e pelos representantes das licitantes presentes, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital, sendo classificadas as propostas dos licitantes de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, da proposta de menor preço, para os itens licitados.

8.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que os licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.5. O julgamento da presente licitação será processado, segundo o critério de menor preço por item e observado o disposto no item anterior, de acordo com o qual será classificada em primeiro lugar, a proposta que atenda integralmente de acordo com as especificações e exigência deste Edital, ofertar os preços por item de menor valor.

8.6. Na análise e julgamento das propostas, serão obedecidos os ditames do art. 44, §§ 1º e 2º; art. 45, incisos I a III e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar 123/2006.

8.7. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes. Os lances verbais serão feitos para o total do item até o encerramento do julgamento deste.

8.8. A pregoeira convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, do valor total de cada item, inferiores à proposta de menor preço.

8.11. Caso não se realize lances verbais serão verificadas a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.12. Declarada encerrada a etapa competitiva, ordenadas as propostas a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.13. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação - "B" da licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.13.1. Na apreciação e no julgamento das propostas não serão consideradas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste instrumento, nem serão permitidas ofertas baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se a licitante, a executar as condições da proposta apresentada.

8.14. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.14.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;
- b) Apresentem valores manifestamente excessivos;
- c) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8.15. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o(s) item(s)/objeto do certame.

8.16. Nas situações previstas nos incisos 8.11., 8.12., e 8.14., a pregoeira poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.17. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes.

8.18. As omissões irrelevantes não ensejarão a desclassificação do licitante vencedor, salvo se causarem prejuízo à Administração ou lesem direitos das demais proponentes.

8.19. Encerrada a fase de lances e antes da abertura da documentação, poderá ser realizado o repregão, abrindo-se aos licitantes que passaram à fase de lances, a possibilidade de apresentação de nova proposta, que deverá ser feita verbalmente e consignada na ata, durante a sessão.

8.20. No caso de microempresa e ou empresa de pequeno porte, a melhor classificada será convocada, após o repregão, se houver, para apresentar nova proposta, no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

9. DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

9.1. O resultado do julgamento será submetido à autoridade competente, para homologação.

9.2. Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado do certame licitatório, a licitante vencedora receberá a Ordem de Fornecimento, que substituirá o Termo de Contrato nos termos do Art. 62 da Lei 8.666/93;

9.3. É facultado à autarquia, quando a convocada não receber a Ordem de Serviço ou, ainda, recusar-se, injustificadamente, a executar o serviço no prazo estipulado, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente;

9.4. A contratação pretendida deverá ser executada em estrita conformidade com as prescrições deste edital e seus anexos, que são dele partes integrantes e inseparáveis.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O descumprimento pela contratada das condições estabelecidas para a execução dos serviços, sem prejuízo de outras sanções legais, implicará em multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do serviço não publicado no prazo previsto.

10.2. Pelo atraso injustificado no fornecimento, fica sujeito a licitante vencedora às penalidades previstas no caput do art. 86 da Lei Federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Atraso de até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

b) Atraso superior a 5 (cinco) dias, multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso.

10.3. Pela inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, tal como, o não cumprimento do prazo de execução ou do prazo para substituição, a Autarquia poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta da licitante. A multa poderá ser aplicada a cada novo período (03) três dias de atraso.

10.4. Multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.5. Aplicadas as multas, a Administração as descontará do primeiro pagamento que fizer ao vencedor, após a sua imposição.

10.5.1. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

10.6. A licitante convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a executar o serviço ofertado, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a entrega, deixar de substituir o serviço recusado no prazo previsto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de até 5% (cinco por cento) do valor total da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no neste Edital e das demais cominações legais.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta da Dotação Orçamentária nº 3132-08 – Serviço de Divulgação e Publicidade, com recursos próprios desta autarquia.

12. DO PREÇO

12.1. Os preços dos itens licitados serão o mesmo do mapa de julgamento, constantes do procedimento licitatório Pregão Presencial Nº CRESS/001/2012, não se admitindo qualquer reajuste.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento do objeto solicitado mediante Ordem de Serviço emitida pela Autarquia, será efetuado através de depósito ou boleto bancário, até 15 (quinze) dias após o recebimento e aceitação dos serviços pela autarquia, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura juntamente com a apresentação da CND do INSS, CND Municipal, CRF do FGTS.

14. DA REVOGAÇÃO E OU ANULAÇÃO DO CERTAME

14.1. A Autarquia, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

14.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação deste procedimento licitatório.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarada à vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2. O recurso será restrito à matéria de divergência.

15.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. A petição poderá ser feita na sessão, e se oral, será reduzida a termo em Ata.

15.5. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará em decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pela progoeira ao vencedor.

15.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação, à licitante vencedora.

15.7. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para executar o objeto contratado.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão solucionados diretamente pela pregoeira ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. A contratada se obriga a:

- a) executar os serviços objeto da presente licitação, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE e prestar os serviços dentro dos prazos estabelecidos pelo mesmo, conforme normas e condições estabelecidas na presente licitação, que poderá ser prorrogado nos termos do disposto no Art. 57 da Lei 8.666/93;
- b) atender aos critérios da Autarquia e sob sua supervisão, nos termos da lei, quanto aos custos dos materiais, produtos e/ou serviços a serem fornecidos por terceiros, não abrangidos pelo objeto social da mesma;
- c) responsabilizar-se por todos os serviços especificados no Contrato, de modo a garantir sua plena execução, utilizando equipamentos adequados e pessoal técnico qualificado;
- d) responsabilizar-se, quando for o caso, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços, os quais não poderão, na hipótese de inadimplência da licitante adjudicatária, ser transferidos ao "CONTRATANTE";
- e) responder por danos dolosos ou culposos causados aos bens da autarquia, à sua imagem ou à de terceiros, por seus funcionários e/ou terceiros que estejam trabalhando sob sua orientação e/ou em decorrência dos serviços prestados;
- f) reparar, às suas expensas, os serviços rejeitados pela autarquia, efetuados em discordância com o previamente estabelecido pela mesma;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do Contrato;
- h) realizar, sem ônus e com anuência do Contratante, a execução dos serviços, vedada a sua sub-contratação parcial ou total, sem expressa autorização do CONTRATANTE;
- i) tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação do CONTRATANTE e solução no prazo de 12 horas;
- j) só divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato que envolvam o nome do CONTRATANTE mediante sua prévia e expressa autorização;

- k)** responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custas e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos, bem como obrigar-se a assumir por quaisquer obrigações decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato;
- l)** assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- m)** manter, entre si, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos pelo CONTRATANTE;
- n)** a infração a este dispositivo implicará a rescisão imediata deste contrato e sujeitará a CONTRATADA a responsabilização e à indenização por perdas e danos prevista na legislação ordinária;
- o)** responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o CONTRATANTE;
- p)** se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar o CONTRATANTE e de mantê-lo a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações. Não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará ao CONTRATANTE as importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento;
- q)** emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;
- r)** não transferir a outrem, no todo ou em parte, suas obrigações;
- s)** a CONTRATADA deverá após a veiculação da matéria enviada, fornecer um exemplar/ página à Coordenação de Administração;

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. O contratante se obriga a:

- a)** cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- b)** comunicar por escrito à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca dos serviços, exceto os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de quarenta e oito horas;

- c) fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- d) proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- e) notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- f) notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- g) fiscalizar a execução do contrato;
- h) realizar o pagamento conforme valor previsto no presente Edital;
- i) observar todos os termos deste edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.2. No interesse da Autarquia, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) Adiada a data da abertura desta licitação;
- b) Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

19.3. Não serão permitidos a retirada dos envelopes apresentados e/ou o cancelamento de propostas, pelos licitantes, após a sua entrega.

19.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

19.5. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Na contagem dos prazos recursais deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia de vencimento, considerando-se o expediente normal.



19.7. Maiores esclarecimentos ou quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital, poderão ser obtidos junto à Comissão de Apoio, pelo telefone (31)3226-2083, ramal 2059, no horário de 13:00 às 18:00 horas, bem como a sua **aquisição pelo site** www.cress-mg.org.br.

19.8. Para efeito da presente licitação será considerado o horário oficial de Brasília.

Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2012.

Elaine das Graças Facundo de Oliveira
Pregoeira CRESS 6ª Região

ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL Nº CRESS/001/2012

MINUTA DO CONTRATO
Nº CRESS\ \2012

Termo de contrato de prestação de serviços de PULICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO CRESS, que fazem entre si o **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 6ªR.**, CNPJ nº 17.383.712/0001-30, neste ato representado por seu Presidente, **Leonardo David Rosa Reis**, CRESS/MG 11.315, RG. M-8.265.945 SSP-MG, CPF nº 031.743.666-07, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no referido Município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, CNPJ nº, localizado na Rua, nº....., Bairro....., CEP., cidade, neste ato representado pelo seu (sócio,gerente,proprietário) Sr. CPF nº, C.I, brasileiro, (Estado civil....., (profissão....., residente e domiciliado na Rua/Av....., nº....., Bairro, (cidade/Estado), doravante denominada **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo assinadas, firmam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de fls., do processo licitatório Pregão Presencial nºCRESS/001/2012 doravante denominado processo, e que se regerá pelas Leis nº. 10.520/02 e 8.666/93 e posteriores alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para efetuar as publicações de matérias legais (Atos Oficiais) da Autarquia, em jornal de grande circulação diária no Estado de Minas Gerais.

1.2. A prestação de serviços será de 100 (cem) matérias, geralmente no formato 01col, 3x4cm, e 02col, 03(três) matérias, 6x8cm, anual, a serem publicadas no primeiro dia útil, após aprovação pelo CONTRATANTE;

1.3. Não será permitida as publicações do referido objeto no Caderno de Classificados.

CLAUSULA II – DO PREÇO, EXECUÇÃO E PAGAMENTO

2.1. O preço unitário do centímetro/coluna, perfazendo 100 (cem) matérias e 03(três) matérias, anuais, serão os preços dos itens licitados, os mesmos apresentados no mapa de julgamento da licitante vencedora, constante do Pregão Presencial nº. CRESS/001/2012, não se admitindo qualquer reajuste.

2.2. Os serviços contratados serão prestados de forma parcelada, de acordo com a demanda até que se esgote todo o quantitativo contratado.

2.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente aprovada pelo órgão competente, juntamente com o fornecimento do exemplar/página com a veiculação da matéria publicada (exibição da página, com identificação e data), com as cópias das CNDs do INSS e FGTS. O pagamento será realizado através de boleto bancário ou depósito na conta da CONTRATADA.

2.4. No preço ofertado, estão incluídas todas as despesas incidentes sobre a execução dos serviços e obrigações trabalhistas relativas à execução, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

2.5. O “CONTRATANTE” não efetuará o pagamento de quaisquer despesas, quer oriundas de veiculação, quer de produção e/ou outras que a CONTRATADA faça sem prévia aprovação da autarquia.

2.6. As publicações reprovadas não serão cobradas pela CONTRATADA.

2.7. Caberá à CONTRATADA a composição das matérias a serem publicadas.

2.8. As matérias serão remetidas via fax ou e-mail, para publicação no Primeiro Caderno, em dia útil.

2.9. A CONTRATADA deverá após a veiculação da matéria enviada, fornecer um exemplar/ página à Coordenação de Administração da Autarquia.

CLÁUSULA III – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá vigência de 12(doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme disposições do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA IV - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta da Dotação Orçamentária nº 3132-08 – Serviço de Divulgação e Publicidade, com recursos próprios desta autarquia.

CLÁUSULA V - DAS SANÇÕES

5.1. Pela inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, tal como, o não cumprimento do prazo de execução ou do prazo para substituição, a Autarquia poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta da licitante. A multa poderá ser aplicada a cada novo período (03) três dias de atraso.

5.2. O descumprimento pela contratada das condições estabelecidas para a execução dos serviços, sem prejuízo de outras sanções legais, implicará em multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do serviço não publicado no prazo previsto.

5.3. Aplicadas às multas, a Autarquia as descontará do primeiro pagamento que fizer a vencedora, após a sua imposição.

5.3.1. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

5.4. A licitante convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente à prestação de serviços, apresentar pendências junto aos cadastros da Autarquia, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a entrega, deixar de executar os serviços no prazo previsto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de até 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA VI – RESCISÃO

6.1. O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes; por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, ou administrativamente, pelo CONTRATANTE nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A contratada se obriga a:

- a) executar os serviços objeto da presente licitação, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE e entregar os serviços publicitários dentro dos prazos estabelecidos pelo mesmo, conforme normas e condições estabelecidas na presente licitação, que poderá ser prorrogado nos termos do disposto no Art. 57 da Lei 8.666/93;
- b) atender aos critérios da Autarquia e sob sua supervisão, nos termos da lei, quanto aos custos dos materiais, produtos e/ou serviços a serem fornecidos por terceiros, não abrangidos pelo objeto social da mesma;
- c) responsabilizar-se por todos os serviços especificados no Contrato, de modo a garantir sua plena execução, utilizando equipamentos adequados e pessoal técnico qualificado;
- d) responsabilizar-se, quando for o caso, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços, os quais não poderão, na hipótese de inadimplência da licitante adjudicatária, ser transferidos ao "CONTRATANTE";
- e) responder por danos dolosos ou culposos causados aos bens da Autarquia, à sua imagem ou à de terceiros, por seus funcionários e/ou terceiros que estejam trabalhando sob sua orientação e/ou em decorrência dos serviços prestados;
- f) reparar, às suas expensas, os serviços rejeitados pela autarquia, efetuados em discordância com o previamente estabelecido pela Coordenação de Administração da Autarquia;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do Contrato;
- h) realizar, sem ônus e com anuência do Contratante, a execução dos serviços, vedada a sua sub-contratação parcial ou total, sem expressa autorização do CONTRATANTE;
- i) tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação do CONTRATANTE e solução no prazo de 12 horas;
- j) só divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato que envolvam o nome do CONTRATANTE mediante sua prévia e expressa autorização;
- k) responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custas e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos, bem como obrigar-se a assumir por quaisquer

obrigações decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato;

- l) assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- m) manter, entre si, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos pelo CONTRATANTE;
- n) a infração a este dispositivo implicará a rescisão imediata deste contrato e sujeitará a CONTRATADA a responsabilização e à indenização por perdas e danos prevista na legislação ordinária;
- o) responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o CONTRATANTE;
- p) se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar o CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações. Não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à CONTRATANTE as importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento;
- q) emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;
- r) não transferir a outrem, no todo ou em parte, suas obrigações.
- s) A CONTRATADA deverá após a veiculação da matéria enviada, fornecer um exemplar/ página à Coordenação de Administração.

CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- b) comunicar por escrito à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca dos serviços, exceto os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de quarenta e oito horas;
- c) fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

- d) proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- e) notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- f) notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- g) fiscalizar a execução do contrato;
- h) realizar o pagamento conforme valor previsto no presente Edital;
- i) observar todos os termos deste edital.

CLÁUSULA IX – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

9.1. O presente contrato fica vinculado ao Edital, Pregão Presencial nº 001/2012, que passam a fazer parte integrante.

CLÁUSULA X – FORO

10.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Belo Horizonte - MG para dirimir dúvidas e decidir pendências jurídicas provenientes deste contrato.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente contrato lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2012.

Leonardo David Rosa Reis
CRESS/MG 11.315,
Presidente CRESS 6ª Região
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

PR-001/12

23 de 28

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº CRESS\001/2012

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste projeto a contratação de empresa para efetuar as publicações de matérias legais (Atos Oficiais) do CRESS-MG 6ª R., em jornal de grande circulação diária no Estado de Minas Gerais. Trata-se de publicação de matéria legal do CRESS-MG, 6ª R., deverá ser cobrada pela contratada por centímetros/ coluna.

1.1. A prestação de serviços será de 100 (cem) matérias, geralmente no formato 01col, 3x4cm, e 03(três) matérias no formato 02col, 6x8cm, anual, a serem publicadas no primeiro dia útil, após aprovação pelo CONTRATANTE;

1.2. Não será permitida as publicações do referido objeto no Caderno de Classificados.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica a contratação do objeto para fins de dar maior publicidade aos atos e procedimentos praticados pela Autarquia, alcançando uma competitividade de preços ofertados, nos procedimentos licitatórios, conforme exigência da Lei 8.666\93 e da Lei 10.520\02, qualquer que seja, Tomada de Preços, Concorrência ou Pregão Presencial, permitindo assim, uma economia processual.

3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1- A composição das matérias caberá ao responsável pela prestação dos serviços;

3.2- As matérias serão remetidas via fax ou e-mail, por um servidor da autarquia, para que a prestadora de serviços a publique, no primeiro dia útil, após aprovação pelo CONTRATANTE;

3.3- Após a veiculação da matéria encaminhada, a prestadora de serviços deverá fornecer um exemplar/página para a Coordenação Administrativa do CRESS;

3.4- A entrada do exemplar do subitem 3.3 deverá ser feita pela prestadora de serviços diariamente nas dependências do CRESS;

3.5- Os serviços serão prestados diretamente no estabelecimento do contrato ou em outro local precisamente determinado e devidamente especificado na competente ordem de serviços;

3.6- Nos casos em que a prestação dos serviços ocorrer em local diverso do estabelecimento do contrato, o mesmo deverá providenciar toda a estrutura necessária, ficando a seu cargo todos os pormenores referentes à prestação do serviço, sem qualquer custo adicional;

3.7- Os serviços contratados serão prestados de forma parcelada, de acordo com a demanda, sendo 100 (cem) matérias, geralmente com formato de 01 col. 3x4 cm e 03(três) matérias com formato de 02 col. 6x8cm, anual;

3.8- Todas as despesas incidentes sobre a execução dos serviços, obrigações trabalhistas relativas à execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada.

4. DA SEGURANÇA

4.1- A prestação dos serviços deverá se dar em consonância com as normas de segurança aplicáveis à espécie dos serviços a serem contratados.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1- O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, após o recebimento da nota fiscal, resguardada a execução dos serviços, devidamente comprovados com um exemplar do jornal contendo a publicação.

6. VIGÊNCIA

6.1. O contrato terá o prazo de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

7. GESTOR DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato será gerenciada pela Coordenação Administrativa, ficando a mesma, responsável também pelas liquidações em documentos.

Belo Horizonte, 05 de janeiro 2012.

Jean Carlos Rocha Fernandes de Brito
CRA/MG nº41.363
Coord. Administrativo e Finanças
CRESS 6ª Região

ANEXO III
PREGÃO PRESENCIAL N° CRESS/001/2012

D E C L A R A Ç Ã O

A Empresa (Razão Social do LICITANTE) _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço
completo) _____,
_____, declara, sob
as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7° da
Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1°, da Lei nº
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados,
menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em
qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir
de 14 anos.

Local, ____ de _____ de 2012.

(Nome e assinatura do Declarante)

Carimbo de CNPJ da empresa

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL N° CRESS/001/2012

D E C L A R A Ç Ã O

A Empresa (Razão Social do LICITANTE) _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço
completo) _____
_____, declara, sob
as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4° da Lei nº
10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de
habilitação constantes no item 7 do presente edital.

B. Horizonte, ____ de _____ de 2012.

(Nome e assinatura do Declarante)

Carimbo de CNPJ do licitante

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL Nº CRESS/001/2012

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A Empresa (Razão Social do LICITANTE) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____ t.º _____ e telefone (_____) _____, vem, apresentar proposta de preços no processo de licitação epigrafado, conforme a planilha seguinte.

Nos preços apresentados, ou naqueles que vierem a ser ofertados por lances verbais, já estão incluídos todos os encargos tributários, previdenciários, trabalhistas e todos os demais custos para a prestação de serviços na sede do CRESS.

Indica, na oportunidade, como representante para assinatura e acompanhamento da execução do contrato que possa vir a ser firmado com o CRESS, o Sr., portador da Carteira de Identidade nº....., CPF nº, endereço

A presente proposta tem prazo de validade de 60 dias a contar da data da entrega das propostas, excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.

Item	Quant	Descrição	Preço Unit. cm\col.	Preço Total
1	100	Publicação de Atos Oficiais medindo 01 col 03x 04 cm (aproximadamente)		
2	03	Publicação de Atos Oficiais medindo 02 col.06 x 08 cm (aproximadamente)		
Valor Global:				

Local/ data.

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo de CNPJ

Obs. Fineza preencher proposta de acordo com o modelo.